



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS  
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**CONTRATO Nº 23/2016 QUE  
ENTRE SI CELEBRAM O  
INSTITUTO BRASILEIRO DO  
MEIO AMBIENTE E DOS  
RECURSOS NATURAIS  
RENOVÁVEIS E A APECÊ  
SERVIÇOS GERAIS LTDA.**

**O INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA**, Autarquia Federal de regime especial, vinculado ao Ministério do Meio Ambiente, criado pela Lei nº 7.735, de 22.02.89, alterado pelas Leis nºs 7.804 de 18.07.89, 7.957 de 20.12.89, 8.028 de 12.04.90 e 11.516 de 28.08.07, com sede e foro em Brasília-DF, e jurisdição em todo o Território Nacional, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.659.166/0001-02, doravante denominado, simplesmente, **CONTRATANTE**, neste ato representado pela Diretora de Planejamento, Administração e Logística, **ANNA FLÁVIA DE SENNA FRANCO**, portadora da Carteira de Identidade nº 3.025.941 SSP/DF e do CPF. Nº 356.319.886-15 residente e domiciliada em Brasília-DF, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria nº 136, de 21.02.08, e a empresa **APECÊ SERVIÇOS GERAIS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 00.087.163/0001-53, com sede no SCIA Quadra 13, Conjunto 03, Lote 02, Brasília-DF, denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Procurador, **FLAVIO CESAR FONSECA DE OLIVEIRA**, portador da C.I. nº 32592430-2-SSP/SP e do C.P.F. nº 033.808.514-93, tendo em vista o que consta no Processo nº 02001.003733/2016-97, e em observância às disposições da Lei 8.666, de 21 de julho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997 e da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 30 de abril de 2008 e suas alterações, resolvem celebrar o presente Contrato, decorrente da remanescente do Pregão Eletrônico nº 20/2014, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O presente Contrato tem por objeto a prestação, de forma contínua, de serviços de limpeza, conservação predial, preservação e controle fitossanitário das áreas verdes dos imóveis do Ibama no Distrito Federal, com fornecimento de mão de obra, materiais, máquinas e equipamentos, conforme as condições estabelecidas no Termo de Referência, Anexo I do Edital e neste Contrato.

**PARÁGRAFO ÚNICO – DA VINCULAÇÃO DO CONTRATO**

O presente Contrato vincula-se ao Edital do Pregão Eletrônico nº 20/2014 e à proposta da CONTRATADA, independente de transcrição.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO**

Os serviços serão realizados por execução indireta, sob o regime de empreitada por preço global.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR**

O valor da contratação é de R\$ 66.266,67 (sessenta e seis mil, duzentos e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos), conforme a seguir discriminado, de acordo com a proposta de preços apresentada pela CONTRATADA:

**SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO PREDIAL**

TIPO DE ÁREA	PREÇO MENSAL UNITÁRIO (R\$/m²)	ÁREA (m²)	SUBTOTAL (R\$)
Área Interna	R\$ 4,98	30.997	R\$ 154.491,09
Área Externa	R\$ 2,49	42.279	R\$ 105.360,66
Esquadria Externa – Face Interna/Externa	R\$ 1,14	14.678	R\$ 16.681,69
Área Interna – Serviço Médico Hospitalar	R\$ 9,97	187	R\$ 1.865,32
Fachada Envidraçada – Face interna/externa	R\$ 0,25	2.568	R\$ 636,82
SUBTOTAL VALOR MENSAL (1)			R\$ 279.035,58
VALOR DO CONTRATO PARA O PERÍODO DE 6 DIAS			R\$ 55.807,12

**SERVIÇOS DE JARDINAGEM**

POSTO DE SERVIÇO	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO MENSAL	TOTAL MENSAL
Jardineiro	12	R\$ 3.665,89	R\$ 43.990,66
Operador de micro trator	03	R\$ 2.769,03	R\$ 8.307,09
SUBTOTAL VALOR MENSAL (2)			R\$ 52.297,75
VALOR DO CONTRATO PARA O PERÍODO DE 6 DIAS			R\$ 10.459,55

VALOR TOTAL MENSAL(1) +(2):	R\$ 331.333,33
VALOR GLOBAL DO CONTRATO PARA O PERÍODO DE 6 DIAS	R\$ 66.266,67

§ 1º – No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxas de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

§ 2º – O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de postos de serviços efetivamente alocados.

**CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2016, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 19211/193099  
 Fonte: 0174193034  
 Programa de Trabalho: 109136  
 Elemento de Despesa: 339037-02  
 Pl: 2000-0000  
 Nº de Empenho: 2016NE800469  
 Data: 10/08/2016  
 Valor Empenhado: R\$ 66.266,67





## **CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA**

O prazo de vigência deste Contrato será da data de assinatura, com encerramento em 15 de agosto de 2016, garantindo a continuidade da contratação anterior, até o limite de 36 (trinta e seis) meses, quando comprovadamente vantajoso para a Administração, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

- a) os serviços tenham sido prestados regularmente;
- b) a Administração mantenha interesse na realização do serviço;
- c) o valor do Contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração;
- d) a CONTRATADA manifeste interesse na prorrogação.

§ 1º - Quando da prorrogação contratual, o CONTRATANTE deverá:

- a) assegurar-se de que os preços contratados continuam compatíveis com aqueles praticados no mercado, de forma a garantir a continuidade da contratação mais vantajosa, em relação à realização de uma licitação.
- b) realizar a negociação contratual para redução e/ou eliminação dos custos não renováveis já pagos ou amortizados no primeiro ano da contratação.

§ 2º - O valor do aviso prévio trabalhado será pago apenas no primeiro ano de contrato, por ser este período suficiente para o pagamento de todo o valor referente à redução da jornada de trabalho dos empregados dispensados ao final do período de vigência do contrato. Na hipótese de prorrogação da vigência do contrato, as eventuais diferenças no valor do aviso prévio decorrentes de variação dos salários dos empregados deverão ser pagas ao término da vigência do Contrato.

## **CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**

A contratada, além do fornecimento da mão de obra, dos saneantes domissanitários, dos materiais, equipamentos, utensílios, ferramentas e insumos necessários para a perfeita execução dos serviços, obriga-se a:

- 1) Executar fielmente o Contrato, de acordo com as cláusulas avençadas.
- 2) Reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da sua execução.
- 3) Manter, durante toda a execução deste Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, conforme a Lei nº 8.666/93.
- 4) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução deste Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento do CONTRATANTE.
- 5) Fornecer os uniformes que serão utilizados pelos prestadores de serviços, conforme item 9 do Termo de Referência.
- 6) Substituir o prestador de serviço em caso de eventual ausência, tais como, falta, férias e licença, devendo identificar previamente o respectivo substituto ao Fiscal do Contrato.
- 7) Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de

confiança do CONTRATANTE, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010.

8) Apresentar ao CONTRATANTE, quando do início das atividades, relação nominal contendo nome, endereço residencial e telefone dos prestadores de serviços, bem como as respectivas Carteiras de Trabalho e Previdência Social – CTPS, devidamente preenchidas e assinadas, para fins de conferência, devendo informar qualquer alteração durante a vigência do Contrato.

9) Instruir os prestadores de serviços quanto à necessidade de acatar as normas internas do CONTRATANTE.

10) Instruir seus prestadores de serviços a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas por este Contrato.

11) Relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.

12) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento deste Contrato.

13) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666/93.

14) Arcar com todos os encargos sociais, trabalhistas, fiscais e comerciais previstos na legislação vigente e com quaisquer outros, não transferindo a responsabilidade por seu pagamento ao CONTRATANTE, nem onerando o objeto do Contrato, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o CONTRATANTE.

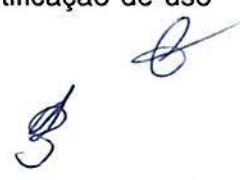
15) Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que ocorridos nas dependências do CONTRATANTE.

16) Manter os prestadores de serviços sujeitos às normas disciplinares do CONTRATANTE, porém sem qualquer vínculo empregatício.

17) Recrutar e selecionar os prestadores de serviços de acordo com a qualificação prevista no item 16 do Termo de Referência.

18) Encaminhar, previamente, os currículos dos prestadores de serviços a serem apresentados ao CONTRATANTE, para que o Fiscal do Contrato possa aferir a compatibilidade das qualificações de cada prestador de serviço com as qualificações mínimas exigidas.

19) Fornecer aos prestadores de serviços crachá de identificação de uso obrigatório nas dependências do CONTRATANTE.





20) Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração praticada pelos prestadores de serviços na execução dos serviços contratados.

21) Substituir de imediato, qualquer profissional cuja conduta seja considerada inconveniente pelo CONTRATANTE ou se apresente incompetente para realização dos serviços.

22) Fornecer aos prestadores de serviços, até o 5º dia útil do mês, auxílio transporte para cobrir o percurso de trabalho do prestador de serviço.

23) Efetuar o pagamento dos salários, até o 5º dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, apresentando a competente folha de pagamento, juntamente com a Nota Fiscal.

23.1) O pagamento dos salários deverá ocorrer via depósito bancário, na conta corrente dos prestadores de serviços.

24) Fornecer até o 5º dia útil do mês, auxílio alimentação aos prestadores de serviços alocados na execução do Contrato.

25) Apresentar no início de cada exercício, ao Fiscal do Contrato, a relação anual de férias dos profissionais alocados na prestação dos serviços.

26) Notificar ao CONTRATANTE, por escrito, todas as ocorrências que possam vir embarçar os serviços contratados.

27) Designar Preposto com poderes para representá-la formalmente durante a prestação dos serviços, em todos os assuntos operacionais e administrativos relativos ao objeto deste Contrato.

28) Selecionar e preparar rigorosamente os empregados que irão prestar os serviços, encaminhando elementos portadores de atestados de boa conduta e demais referências, tendo funções profissionais legalmente registradas em suas CTPS.

29) Manter a disciplina nos locais dos serviços, retirando, no prazo máximo de vinte e quatro horas após a notificação, qualquer empregado cuja conduta seja tida como inconveniente pelo CONTRATANTE.

30) Manter seu pessoal uniformizado, provendo-os de Equipamentos de Proteção Individual EPI, se for o caso.

31) Manter todos os equipamentos e utensílios necessários à execução dos serviços em perfeitas condições de uso e substituir os danificados em até vinte e quatro horas. Os equipamentos elétricos devem ser dotados de sistemas de proteção, de modo a evitar danos à rede elétrica.

32) Identificar todos os equipamentos, ferramentas e utensílios de sua propriedade, tais como aspiradores de pó, enceradeiras, mangueiras, baldes, carrinhos para transporte de lixo, escadas, entre outros, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade do CONTRATANTE.

33) Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados, acidentados ou com mal súbito, por meio de seu encarregado.

34) Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seus prestadores de serviços, bem como as ocorrências havidas.



35) Fazer seguro de seus prestadores de serviços contra riscos de acidentes de trabalho.

36) Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais e equipamentos em quantidade, em qualidade e com tecnologia adequadas, com a observância das recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.

37) Adotar conduta adequada na utilização dos materiais e equipamentos, objetivando a correta execução dos serviços.

38) Executar os serviços em horários que não interfiram com o bom andamento da rotina de funcionamento do contratante.

39) Viabilizar, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços, a emissão do Cartão Cidadão expedido pela Caixa Econômica Federal para todos os prestadores de serviços.

40) Viabilizar, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços, o acesso dos prestadores de serviços, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas.

41) Adotar boas práticas de sustentabilidade baseadas na otimização e economia de recursos e na redução da poluição ambiental, tais como:

41.1) Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas e/ou poluentes;

41.2) Uso de produtos de limpeza e conservação que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA;

41.3) Racionalização do consumo de energia elétrica e de água;

41.4) Destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades de limpeza, asseio e conservação;

41.5) Utilização, na lavagem de pisos, sempre que possível, de água de reuso ou outras fontes (água de chuva e poços), desde que certificada de não contaminação por metais pesados ou agentes bacteriológicos, minas e outros;

41.6) Treinamento periódico dos empregados sobre práticas de sustentabilidade, em especial sobre redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e destinação de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

41.7) Observação da Resolução CONAMA (Conselho Nacional de Meio Ambiente) nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza e jardinagem que gerem ruído no seu funcionamento.

42) Desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, tais como pilhas e baterias dispostas para descarte que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos, em estabelecimentos que as comercializam





ou na rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores, conforme disposto na legislação vigente.

43) Conferir o tratamento previsto no item anterior a lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis em geral. Estes produtos, quando descartados, deverão ser separados e acondicionados em recipientes adequados para destinação específica.

44) Encaminhar os pneumáticos inservíveis abandonados ou dispostos inadequadamente aos fabricantes, para destinação final, ambientalmente adequada.

45) Observar, quando da execução dos serviços, as práticas de sustentabilidade previstas na Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010, no que couber.

46) Observar a lei nº 12.305/10 no que se refere à destinação de resíduos sólidos.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

Caberá ao CONTRATANTE, além dos encargos impostos pela Lei nº 8.666/93, as seguintes obrigações:

1) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

2) Acompanhar e efetuar a fiscalização dos serviços contratados, devendo para tanto nomear um fiscal de contrato que se responsabilizará pelo acompanhamento dos serviços, conferência e atesto das faturas e cumprimento das demais exigências previstas neste documento.

3) Rejeitar, no todo ou em parte, o serviço executado em desacordo com o Contrato.

4) Facilitar o acesso às dependências do CONTRATANTE, de todos os profissionais envolvidos nos serviços desde que estejam devidamente identificados.

5) Exigir o imediato afastamento e substituição de qualquer prestador de serviço ou preposto que não mereça confiança no trato dos serviços, que produza complicações para a supervisão e fiscalização, que adote postura inconveniente ou incompatível com o exercício das atribuições que lhe foram designadas.

6) Assegurar-se da boa prestação dos serviços, verificando sempre o seu bom desempenho.

7) Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

8) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.



9) Observar para que, durante toda a execução do Contrato, seja mantida em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital.

10) Efetuar o pagamento de acordo com o pactuado.

11) Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da CONTRATADA.

12) Disponibilizar instalações sanitárias e vestuários com armários e guarda-roupas para uso dos empregados da CONTRATADA.

13) Destinar local para depósito dos materiais, equipamentos e utensílios de propriedade da CONTRATADA.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DA GARANTIA DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS**

As provisões para o pagamento dos encargos trabalhistas em relação à mão de obra da CONTRATADA serão destacadas do valor mensal do Contrato e depositadas em conta vinculada no Banco do Brasil S.A, bloqueada para movimentação e aberta em nome da CONTRATADA.

§ 1º - A movimentação da conta vinculada dependerá de autorização do CONTRATANTE e será feita exclusivamente para o pagamento dessas obrigações.

§ 2º - O montante do depósito vinculado será igual ao somatório dos valores das seguintes provisões:

- a) 13º (décimo terceiro) salário;
- b) férias e 1/3 (um terço) constitucional de férias;
- c) multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa; e
- d) encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.

§ 3º - O saldo da conta vinculada será remunerado pelo índice da poupança ou outro definido no Termo de Cooperação firmado entre o CONTRATANTE e o Banco do Brasil S.A, observada a maior rentabilidade.

§ 4º - Os valores referentes às provisões de encargos trabalhistas mencionados no § 2º, depositados em conta vinculada, deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à CONTRATADA.

§ 5º - A CONTRATADA poderá solicitar a autorização do CONTRATANTE para utilizar os valores da conta vinculada para o pagamento de eventuais indenizações trabalhistas aos prestadores de serviços alocados ao Contrato, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do Contrato.

- a) Para a liberação dos recursos da conta vinculada, a CONTRATADA deverá apresentar ao CONTRATANTE os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento.
- b) Após a confirmação da ocorrência da situação que ensejou o pagamento de indenização trabalhista e a conferência dos cálculos, o CONTRATANTE expedirá a autorização para a movimentação da conta vinculada e a encaminhará ao Banco do Brasil S.A, no prazo máximo





de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela CONTRATADA.

- c) A autorização de que trata a letra "b" deverá especificar que a movimentação será exclusiva para o pagamento das indenizações trabalhistas aos trabalhadores favorecidos.

§ 6º - A CONTRATADA deverá apresentar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

§ 7º - O saldo remanescente da conta vinculada será liberado à CONTRATADA, no momento do encerramento do Contrato, na presença do sindicato da categoria, após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado.

§ 8º - Os valores provisionados para atendimento ao § 2º, serão discriminados conforme tabela a seguir:

ITEM	PERCENTUAL		
13º salário	8,33%		
Férias e 1/3 constitucional	12,10%		
Multa sobre FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio indenizado e sobre o aviso prévio trabalhado	5%		
Subtotal	25,43%		
Incidência do Submódulo 4.1 da Planilha de Custos e Formação de Preços sobre férias, 1/3 constitucional de férias e 13º salário. Considerando as alíquotas de contribuição de 1%, 2% e 3% referentes ao grau de risco de acidente do trabalho, previstas no art. 22, inc. II, da Lei nº 8.212/91.	7,39%	7,60%	7,82%
TOTAL	32,82%	33,03%	33,25%

§ 9º - Os valores provisionados somente serão liberados para pagamento das verbas de que tratam e nas seguintes condições:

- parcial e anualmente pelo valor correspondente ao 13º salário dos prestadores de serviços vinculados ao Contrato, quando devido;
- parcialmente, pelo valor correspondente às férias e a 1/3 de férias constitucional, quando do gozo de férias pelos prestadores de serviços vinculados ao Contrato;
- parcialmente pelo valor correspondente ao 13º salário proporcional, férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS, quando da dispensa de prestadores de serviços vinculados ao Contrato;
- ao final da vigência do Contrato, para pagamento das verbas rescisórias.

#### CLÁUSULA NONA – DA GARANTIA CONTRATUAL



A CONTRATADA deve apresentar, no prazo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do CONTRATANTE, contado da assinatura do Contrato, comprovante de prestação de garantia, no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global do Contrato, podendo optar por uma das modalidades de garantia prevista no art. 56, § 1º da Lei nº 8.666/93.

§ 1º - A garantia prestada deverá ter validade durante a execução do Contrato e 3 (três) meses após o término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação efetivada no contrato, e somente será liberada ante a comprovação de que a CONTRATADA pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação.

§ 2º - Caso o pagamento de que trata o § 1º não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento das verbas trabalhistas diretamente pelo CONTRATANTE, conforme estabelecido no art. 19-A, inc. IV da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2/2008.

§ 3º - A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

- a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do Contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- b) prejuízos causados ao CONTRATANTE ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do Contrato;
- c) multas moratórias e punitivas aplicadas pelo CONTRATANTE à CONTRATADA; e
- d) obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela CONTRATADA.

§ 4º - A modalidade de seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no § 3º.

§ 5º - A garantia em dinheiro deverá ser efetuada na Caixa Econômica Federal em conta específica em favor do CONTRATANTE.

§ 6º - A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do Contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento).

§ 7º - O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza o CONTRATANTE a promover a rescisão do Contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei 8.666/93.

§ 8º - O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pelo CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

§ 9º - A garantia será considerada extinta:

- a) com a devolução da apólice, carta fiança ou amortização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da CONTRATADA, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do Contrato; e
- b) após o término da vigência do Contrato, que poderá ser estendido em caso de ocorrência de sinistro.





**§ 10º – O CONTRATANTE não executará a garantia nas seguintes hipóteses:**

- a) caso fortuito ou força maior;
- b) alteração, sem prévia anuência da seguradora ou do fiador, das obrigações contratuais;
- c) descumprimento das obrigações da CONTRATADA decorrente de atos ou fatos do CONTRATANTE; ou
- d) prática de atos ilícitos dolosos por servidores da CONTRATADA.

**§ 11º – Não serão admitidas outras hipóteses de não execução de garantia, que não as previstas no § 10º.**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DO PAGAMENTO**

O pagamento será efetuado pelo CONTRATANTE no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura contendo o detalhamento dos serviços executados.

**§ 1º - A apresentação da Nota Fiscal/Fatura deverá ocorrer no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da data final do período de adimplemento da parcela da contratação a que aquela se referir.**

- a) havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE.

**§ 2º - A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada das seguintes comprovações:**

- a) do pagamento da remuneração e das contribuições sociais (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Previdência Social), correspondentes ao mês da última nota fiscal ou fatura vencida, compatível com os empregados vinculados à execução contratual, nominalmente identificados, na forma do § 4º do Art. 31 da Lei nº 9.032, de 28 de abril de 1995;
- b) da regularidade fiscal, constatada através de consulta "on-line" ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, ou na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei 8.666/93; e
- c) do cumprimento das obrigações trabalhistas, correspondentes à última nota fiscal ou fatura que tenha sido paga pelo CONTRATANTE.

**§ 3º - Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do CONTRATANTE.**

**§ 4º - Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.**



§ 5º - Persistindo a irregularidade, o CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

§ 6º - Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF.

§ 7º - Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade do CONTRATANTE, não será rescindido o Contrato em execução com a CONTRATADA inadimplente no SICAF.

§ 8º - O descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e relativas ao FGTS ensejará o pagamento em juízo dos valores em débito, sem prejuízo das sanções cabíveis.

§ 9º - O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o "atesto" pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados.

§ 10º - Nos termos do artigo 36, § 6º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a CONTRATADA:

- a) não produziu os resultados acordados;
- b) deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- c) deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

§ 11º - O pagamento será efetuado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pela CONTRATADA.

§ 12º - Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária.

§ 13º - Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

§ 14º - Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pelo CONTRATANTE, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$I = \frac{(TX/100)}{365}$$

365

EM =  $I \times N \times VP$ , onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual de taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;



VP = Valor da parcela em atraso.

§ 15º - A CONTRATADA autoriza o CONTRATANTE a fazer o desconto nas faturas e realizar o pagamento dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos prestadores de serviços, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

- a) Quando não for possível a realização desses pagamentos pelo CONTRATANTE, por falta de documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos de trabalho e guias de recolhimento, os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA REPACTUAÇÃO**

Visando à adequação aos novos preços praticados no mercado, desde que solicitado pela CONTRATADA e observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, o valor consignado neste Contrato será repactuado, competindo à CONTRATADA justificar e comprovar a variação dos custos, apresentando memória de cálculo e planilhas apropriadas para análise e posterior aprovação pelo CONTRATANTE, na forma estatuída no Decreto nº 2.271, de 1997, e nas disposições aplicáveis da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2008.

§ 1º - A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

§ 2º - O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

- a) da data limite para apresentação das propostas constante do instrumento convocatório, em relação aos custos com a execução do serviço decorrentes do mercado, tais como o custo dos materiais e equipamentos necessários à execução do serviço; ou  
b) da data do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, vigente à época da apresentação da proposta, quando a variação dos custos for decorrente da mão de obra e estiver vinculada às datas-base destes instrumentos.

§ 3º - Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo à respectiva repactuação anterior.

§ 4º - O prazo para a CONTRATADA solicitar a repactuação encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente ao novo acordo, dissídio ou convenção coletiva que fixar os novos custos de mão de obra da categoria profissional abrangida pelo contrato, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação.

§ 5º - Caso a CONTRATADA não solicite a repactuação tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito à repactuação.

§ 6º - Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, nova repactuação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado:

- a) da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva anterior, em relação aos custos decorrentes de mão de obra;





- b) do dia em que se completou um ou mais anos da apresentação da proposta, em relação aos custos sujeitos à variação de preços do mercado;

§ 7º - Caso tenha sido pleiteada a repactuação nos termos dos §§ 4º e 5º e, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao CONTRATANTE ou à CONTRATADA proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

§ 8º - Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional com data base diferenciada a repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.

§ 9º - É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

§ 10º - O CONTRATANTE não se vincula às disposições contidas em acordos e convenções coletivas que não tratem de matéria trabalhista.

§ 11º - Quando a repactuação referir-se aos custos da mão de obra, a CONTRATADA efetuará a comprovação da variação dos custos dos serviços por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria profissional abrangida pelo contrato.

§ 12º - Quando a repactuação referir-se aos itens envolvendo insumos (exceto quanto a obrigações decorrentes de acordo ou convenção coletiva de trabalho e de Lei) e materiais, a CONTRATADA demonstrará a variação por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, considerando o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – IPCA/IBGE.

§ 13º - Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

- a) a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;
- b) em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou
- c) em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, dissídio ou convenção coletiva, ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

§ 14º - Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

§ 15º - A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

§ 16º - O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo CONTRATANTE para a comprovação da variação dos custos.

§ 17º - As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao Contrato.





## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO**

O CONTRATANTE designará servidor para acompanhar e fiscalizar a execução deste contrato que registrará em relatório todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

§ 1º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência do servidor designado serão solicitadas a seus superiores em tempo hábil para adoção das medidas convenientes, consoante disposto no art. 67, §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.666/93.

§ 2º - Os esclarecimentos solicitados pela fiscalização deverão ser prestados imediatamente, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidos no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

§ 3º - É direito da fiscalização, rejeitar quaisquer serviços, quando entender que a sua execução está irregular e/ou que os materiais empregados não são os especificados.

§ 4º - O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do Contrato.

§ 5º - A fiscalização contratual dos serviços deverá seguir as disposições previstas na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02/2008 e o disposto no Anexo IV da IN.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES**

Com fundamento no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 e no art. 28 do Decreto nº 5.450/2005, a CONTRATADA ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios e será descredenciada do SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das demais cominações legais e de multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação, quando:

- a) cometer fraude fiscal;
- b) apresentar documentação falsa;
- c) fizer declaração falsa;
- d) comportar-se de modo inidôneo;
- e) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- f) falhar na execução do objeto;
- g) fraudar na execução do objeto.

§ 1º - O comportamento previsto na alínea "d" estará configurado quando verificada a ocorrência de tais atos como os descritos nos artigos 90, 92, parágrafo único, 93, 94, 95, 96 e 97, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93.

§ 2º - Com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, a CONTRATADA ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

- a) Advertência.


- b) Multa moratória de 0,05% (cinco centésimos por cento) sobre o valor mensal do Contrato, por dia de atraso no pagamento de salários dos prestadores de serviços.
- c) Multa moratória de 0,02% (dois centésimos por cento) sobre o valor mensal do Contrato, por dia de atraso no fornecimento do auxílio alimentação.
- d) Multa moratória de 0,02% (dois centésimos por cento) sobre o valor mensal do Contrato, por dia de atraso no fornecimento do auxílio transporte.
- e) Multa compensatória de 0,05% (cinco por cento) sobre o valor mensal do Contrato, pelo descumprimento de qualquer outra obrigação contratual.
- f) Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato no caso de inexecução total da avença.
- g) Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 2 (dois) anos.
- h) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir ao CONTRATANTE pelos prejuízos causados.

§ 3º - As sanções de multa podem ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com a de advertência, suspensão temporária e declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública e impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

§ 4º - A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia prestada.

- a) Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

§ 5º - Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso na execução do Contrato advier de caso fortuito ou motivo de força maior.

§ 6º - Da sanção aplicada caberá recurso à autoridade superior àquela que aplicou a sanção no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da notificação.

§ 7º - A autoridade competente poderá, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir ao recurso interposto eficácia suspensiva.

§ 8º - As sanções serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO**

Este Contrato pode ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei nº 8.666/93, mediante lavratura de Termo Aditivo, com a apresentação das devidas justificativas e sem modificação do objeto.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - O CONTRATANTE poderá acrescentar ou suprimir até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, mantidas as mesmas condições estipuladas, sem que caiba à CONTRATADA qualquer recusa ou reclamação na forma do § 1º do art. 65, da Lei 8.666/93.





## **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA SUBCONTRATAÇÃO**

É vedada a subcontratação dos serviços objeto deste contrato.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA FUSÃO, CISÃO OU INCORPORAÇÃO**

A fusão, cisão ou incorporação só será admitida com o consentimento prévio e por escrito do CONTRATANTE e desde que não afetem a boa execução do contrato. Nesta situação as novas empresas deverão manter as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO**

A inexecução total ou parcial do contrato ensejará sua rescisão, com as consequências contratuais, de acordo com o disposto nos Artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

§ 1º - A rescisão deste contrato poderá ser:

- a) determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei mencionada, notificando-se a CONTRATADA com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, exceto quanto ao inciso XVII;
- b) amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a Administração;
- c) judicial, nos termos da legislação.

§ 2º - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

§ 3º - Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

§ 4º - A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

§ 5º - O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.

## **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS VEDAÇÕES**

É vedado à CONTRATADA:

- a) Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;
- b) Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte do CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

## **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA PUBLICAÇÃO**

O CONTRATANTE publicará, no Diário Oficial da União, o extrato deste contrato, no prazo de até 20 (vinte) dias da data de sua assinatura, correndo a despesa por sua conta.



## CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO FORO

O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária do Distrito Federal - Justiça Federal.

E por estarem de pleno acordo, assinam o presente instrumento contratual em três vias de igual teor e forma, para um só efeito.

Brasília – DF, 10 de agosto de 2016.

### INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA



**ANNA FLÁVIA DE SENNA FRANCO**  
Diretora de Planejamento, Administração e Logística

### APECÊ SERVIÇOS GERAIS LTDA



**FLAVIO CESAR FONSECA DE OLIVEIRA**  
Procurador

#### TESTEMUNHAS:

NOME: Marta Regina Lima  
CPF: 9954218160  
C.I.: 1951998 SSP/DF

NOME: Bruna Pereira Gonçalves  
CPF: 026.226.641-50  
C.I.: 2.666.445 SSP/DF